

A LEI 11.645/08 E A IMAGEM DOS AFRODESCENDENTES EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Rosana Santos da Cunha¹
Jeane de Cássia Nascimento Santos²

Resumo: Este estudo tem por objetivo discorrer a respeito das concepções relacionadas à representação de afrodescendentes e indígenas em materiais didáticos de língua portuguesa. Considera-se nesta análise a sanção da Lei Federal 11.645/08, a qual substituiu a Lei 10.639/03, estabelecendo a obrigatoriedade da inserção na grade curricular, dos ensinamentos fundamental e médio, a abordagem de conteúdos relacionados à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Neste sentido, busca-se identificar pontos que remetem à aplicabilidade da medida destacada, em alguns materiais didáticos fornecidos pelo PNLD às escolas da rede estadual de ensino de Itabaiana-SE.

Palavras-chave: livro didático de língua portuguesa, racismo, Lei 11.645/08.

Abstract: This study is meant to discuss about the conceptions related to african descendents and indigenous in teaching materials of Portuguese language. It is considered in this analysis the sanction of the law 10.639/03, establishing the obligation of the inclusion in curriculum, of primary and high school teaching, the approach of the contents related to African, afro-brazilian and Indigenous history and culture. Accordingly, we seek to identify points that refer to the applicability of the highlighted measure, in some teaching materials provided by PNLD to state schools of Itabaiana-SE.

Keywords: Portuguese textbook, racism, Law 11.645/08.

¹ Graduada em Letras pela Universidade Federal de Sergipe.

² Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo. Professora de literaturas de língua portuguesa do Departamento de Letras de Itabaiana, do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Sergipe.

Introdução

Discussões e reflexões sobre as questões etnicorraciais no Brasil, ao longo dos anos, tornaram-se pautas frequentes em debates sociais e congressos. Destaca-se que a figura do sujeito afrodescendente, a partir da escravidão, fixou-se no imaginário da sociedade burguesa e eurocêntrica sempre associada a concepções depreciativas e discriminatórias. O processo de abolição da escravatura libertou os afrodescendentes do trabalho vigiado, forçado e desumano, no entanto, não anulou a estereotipia já existente, pois, mesmo sendo portador de liberdade, o negro ao longo dos séculos foi destinado a espaços e funções singulares, configurando assim, a resignificação e mascaramento do racismo na sociedade moderna.

Depreende-se também que, contemporaneamente, manifestações de racismo podem ser constatadas em diversos setores sociais, inclusive na escola. Neste sentido, enfatizamos neste trabalho a importância das escolas, como espaços que oportunizam o convívio com a diversidade e os livros didáticos que, por sua vez, são auxiliares fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, pois permite acesso à leitura e informação, fornecendo subsídios para o trabalho coerente com temáticas específicas.

Destacamos ainda que o desenvolvimento dessas questões é resultado de lutas e reivindicações de movimentos sociais que, ao longo dos séculos, buscaram garantir direitos e oportunidades igualitárias para brancos e não brancos, assim como o combate ao racismo. Além disso, a partir da aplicação das leis almeja-se a divulgação e reconhecimento das bases identitárias nacionais, enfatizando valores e contribuições de negros e índios para a sociedade, as quais, ao longo dos anos, foram silenciadas em favor de concepções de caráter branco europeu.

O desenvolvimento do presente estudo apresenta como foco a análise de dois exemplares de língua portuguesa, fornecidos pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) à rede estadual de ensino da cidade de Itabaiana-SE. Considerando a Lei 11.645/08 que embasa nossa pesquisa, optamos pela seleção de materiais atualizados, ou seja, editados em 2012. Desse modo, analisamos exemplares que fazem parte de uma das coleções de divulgação,

fornecidas aos ambientes de ensino pelas editoras nacionais, intitulada *Projeto Teláris*, que apresenta como principais autoras Ana Trinconi Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi, sendo este, uma das opções de escolha de materiais didáticos a serem utilizados de 2014 a 2016.

A questão etnicorracial brasileira e a criação de medidas específicas voltadas ao tema

Questões que se referem a manifestações de racismo e discriminação contra negros e afrodescendentes na sociedade contemporânea tornaram-se, ao longo dos anos, temas de diversos debates e movimentos que envolvem discussões relacionadas à heterogeneidade social e racial brasileira. Considerando dados veiculados historicamente, percebemos que o sujeito negro, desde tempos remotos, foi condicionado a atuações sociais discriminatórias e inferiorizantes, sendo atribuída a estas características depreciativas, desvalorização social, estereotipia, marginalização, omissão e silenciamento. Um dos fatores que contribuíram para tal foi a escravidão, em que as pessoas de etnia africana eram capturadas, transportadas para outros continentes e direcionadas ao trabalho escravo.

A escravidão trazia como princípio a ideia de superioridade e inferioridade de povos, embasada, especialmente, por justificativas religiosas, econômicas e sociais. De acordo com Hofbauer (2006, p.147), “a escravidão impunha um sistema de relações sociais e se refletia na formação do mundo das ideias. Longe de ser homogêneo, esse fenômeno econômico, político, social e cultural tinha várias faces”. Ressalta-se que uma das consequências desencadeadas pelo período escravocrata é o racismo, que perpassa séculos e gerações, causando sofrimento às suas vítimas.

Observa-se que o conjunto de representações e ações praticadas com o objetivo de inferiorizar sujeitos ou grupos sociais com base nas características fenotípicas, geográficas, culturais ou religiosas, caracteriza o racismo, atuante nas sociedades desde séculos passados. Assim como ressalta Munanga (1996, p. 228) “o racismo, como a própria palavra diz, é essa

crença de que alguns segmentos da sociedade, por terem uma herança biológica diferente dos outros, são superiores, têm o direito de dominar e governar os outros”.

Mudanças mais acentuadas envolvendo esta perspectiva são apontadas após da abolição da escravatura, num processo significativamente lento, uma vez que agregava relações diretas e simbólicas com questões econômicas e sociais. Após a conquista da liberdade social, com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, os negros foram dispensados do trabalho forçado e desumano. Por outro lado, ficaram oprimidos, marginalizados e “desamparados” no cenário social ao qual estavam inseridos, pois, a eles era negado o trabalho digno e remunerado, necessário para suprir suas necessidades pessoais e garantir subsídios mínimos para qualidade de vida. Desse modo, após a publicação da Lei Áurea, “a maioria dessa população de origem escrava, negra ou mestiça, é efetivamente jogada na marginalidade e na clandestinidade, tornando-se praticamente invisível”. (Montes, 1996, p.67).

Por conta desses fatores, as manifestações de racismo e discriminação em relação a negros e afrodescendentes se intensificaram no Brasil como resultado de tais práticas. Para Valente (1998) *apud* Lopes (2005, p.188), “A discriminação supervaloriza determinadas culturas, dá ao dominador a ideia de que é melhor e desenvolve no discriminado o sentimento de menos-valia”. Ou seja, surgem e conservam-se duas posições distintas na sociedade, elementos dinâmicos, voltados à identificação e exaltação de uma identidade nacional: o discriminador e o discriminado. O primeiro, responsável por executar ações ofensivas e depreciativas, ao passo que o segundo, torna-se vítima dessas ações, tentando ao longo dos séculos adquirir reconhecimento e valorização no âmbito social.

Juntamente com a discriminação, surgem outras formas ofensivas contra negros e afrodescendentes, como: intolerância, preconceito e estereótipo. Vale considerar que são termos distintos e relacionados a ações diferentes, porém conservam como aspectos comuns, o desrespeito e omissão em relação a africanos e afrodescendentes. Essas atitudes discriminatórias são, muitas vezes, “camufladas” no veio social, uma vez que se embasam na ideia de que o Brasil dispõe de um regime de *Democracia racial*, que nega a existência de

distinções socioeconômicas com base características raciais, perpassando a imagem de uma sociedade sem racismo. Para Kabenguele Munanga:

O racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos. Essa ideologia é difundida no tecido social como um todo e influencia o comportamento de todos – de todas as camadas sociais, e até mesmo das próprias vítimas da discriminação racial. (MUNANGA, 1996, p.215)

Tais características, discursos e práticas racistas e as demais formas discriminatórias podem ser identificados em vários setores sociais, inclusive no ambiente escolar. Destaca-se que a escola é um espaço múltiplo e heterogêneo, uma vez que agrega diferentes pessoas, guardiãs de aprendizagens, culturas e valores singulares, os quais muitas vezes, são questionados ou omitidos em contraposição a ideologias que são superpostas.

No que tange ao universo representativo negro, percebe-se a exaltação de poucos aspectos positivos. Consideramos fatores e aparatos ideológicos contribuintes para tal, a herança inconsciente calcada em eventos históricos antigos, a indústria de brinquedos, a música, a literatura e a mídia televisiva, especialmente os programas e publicidades protagonizados quase sempre por representantes brancos e entretenimentos importados de culturas europeias. Sob esse aspecto, a criança negra não possui referentes positivos de sua etnia, tradição ou cultura, passando a aceitar e almejar a cultura a qual tem acesso: a europeia. Neste viés, destacamos a colocação de Maria Lúcia Montes sobre a afirmação do sujeito negro em um cenário permeado de referentes brancos:

Em uma sociedade que há apenas um século ser negro era ser escravo, e em que, embora se soubesse que existiam diferenças étnicas, todos os negros eram agrupados como africanos por que eram escravos, aí evidentemente, ser branco é um valor, branquear-se é um valor, não ser negro é um valor (MONTES, 1996, p.59).

Diante da aceitação de ideários provenientes da cultura de caráter europeu, os indivíduos de ascendência africana tendem a menosprezar traços que identificam seu povo e cultura. Dessa forma, é muito comum observar na contemporaneidade grupos afrodescendentes que desconhecem totalmente aspectos, traços e características africanas, ao passo que desenvolvem sentimentos de estigma, aversão e racismo em relação às pessoas que fazem parte dessa etnia, comprometendo autoafirmação e identidade, pois não há o reconhecimento da identidade étnica.

Em virtude da importância e complexidade que regem as questões em defesa etnicorracial no Brasil, ao longo dos anos foram organizados e desenvolvidos alguns movimentos sociais que contribuíram significativamente para a criação de medidas específicas, ações afirmativas/interventivas e leis, que visam a defesa dos direitos de afrodescendentes em nossa sociedade, assim como a valorização e reconhecimento da história, tradição, feitos e contribuições dessa parcela social para a estruturação e construção da identidade nacional. De acordo com Sousa (2006, p.95), os movimentos sociais que surgiram no Brasil:

são capazes de formular questionamentos ricos de possibilidades à organização social em curso, reivindicando liberdade de expressão cultural, contextos de inclusão, igualdade de oportunidades, acesso às aquisições mais importantes da humanidade.

Montes (1996) também concorda com tal perspectiva, ao afirmar que muitos movimentos sociais recentes se organizam de modo objetivo e visível, com o intuito de afirmar diante do cenário nacional, sua identidade étnica, buscando assim, o reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos brasileiros. Neste contexto, consideramos o caráter unitário de muitos movimentos sociais, pois, reivindicam incessantemente o desenvolvimento de medidas satisfatórias relacionadas a temáticas específicas.

Dentre os movimentos sociais relacionados à temática etnicorracial brasileira, torna-se pertinente citar, a Imprensa Negra (1910), a Frente Brasileira Negra (1930), o Teatro

Experimental Negro (1944), a Associação Cultural do Negro (1954), O Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (1975) e o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, (1978). Dentre estes, buscaremos apontar a importância e atuação do movimento negro unificado, em relação à temática frisada, uma vez que se trata de um movimento que conserva princípios basilares em relação ao combate do racismo e discriminação contra o negro no âmbito social brasileiro.

Leis Federais: 10.639/03 e 11.645/08

Dentre as conquistas advindas das lutas dos movimentos sociais relacionados à perspectiva africana e afrodescendente no Brasil, torna-se válido enfatizar a sanção das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08. Ambas as medidas visam o estudo, reconhecimento e valorização das matrizes identitárias nacionais (branco-negro-índio), gerando subsídios para que trabalhos com temáticas voltadas à diversidade social e racial sejam elaborados e executados, além de instigar uma ruptura com o padrão de ensino eurocêntrico, característico do Brasil.

A Lei 10.639 sancionada em 09 de janeiro de 2003 simboliza um grande marco no que se refere ao reconhecimento e à valorização da cultura africana e afrodescendente na sociedade brasileira. Essa lei altera o texto original da LDB (Lei de Diretrizes da educação) 9.394 de 1996, prevendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas matrizes curriculares dos diversos níveis escolares. Ressalta-se, ainda, que a Lei 10.639/03 é voltada com maior especificidade às disciplinas de história, literatura e educação artística, no entanto, pode estender-se aos demais componentes curriculares.

Em março de 2011, com o objetivo de adicionar a história e cultural indígena no contexto escolar, foi criada a Lei 11.645/08 que substituiu a Lei 10.639/03. Neste sentido, a mesma medida institucional conserva como princípio o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no âmbito escolar. Considerando os pressupostos legais almeja-se,

mediante a sanção e aplicação das leis federais, que as matrizes curriculares e materiais didáticos passam dar maior visibilidade às questões elencadas, enfatizando a importância e contribuição das matrizes nacionais no cenário identitário, com merecido destaque ao papel social de africanos e indígenas na formação e na história do Brasil.

Podemos afirmar que a sanção das leis federais voltadas à valorização africana, afrodescendente e indígena, meramente oficializadas, por si só, não surtirão resultados positivos. Entendemos, assim, a necessidade da proximidade entre teoria e prática, de modo que os professores tenham acesso à informação, participem de cursos de formação continuada e disponham de subsídios para avaliar metodologias, materiais didáticos e práticas pedagógicas voltadas ao tema. Nas palavras de Gomes (2005, p.149) “[...] é necessário que, na educação, a discussão teórica e conceptual sobre a questão racial esteja acompanhada de práticas concretas”. Tais práticas permitem, portanto, reflexões e discussões a respeito de valores e identidades, mediando questões que durante séculos foram esquecidas ou silenciadas, por fatores de ordem diversa.

O livro didático de língua portuguesa e a divulgação da diversidade etnicorracial brasileira

A obrigatoriedade de livros didáticos nas escolas públicas brasileiras simboliza um considerável avanço no âmbito educacional. Essa medida tem por finalidade minimizar disparidades entre o ensino público e privado, oferecendo a alunos e professores material impresso de boa qualidade, convertido em fonte de leitura, informação e aprendizado. Criado em 1929 com nomenclatura distinta, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) é um programa responsável pela escolha e distribuição de livros didáticos para as escolas públicas brasileiras. Na década de 1990, em virtude de intensos debates proporcionados pelo movimento negro e outros órgãos dedicados a perspectiva racial, o PNLD passou a atentar para a questão, incluindo nos critérios de seleção de materiais didáticos a não veiculação explícita e implícita de quaisquer formas de discriminação ou estereotipia, incluindo a racial.

Aponta-se que, objetivando atender às reivindicações do movimento negro, o governo criou dentro do PNLN em 1996, um programa responsável por avaliar e detectar práticas discriminatórias em materiais didáticos. Porém, apesar da inovação do programa, verifica-se que discriminações raciais, embora menos intensas, ainda são perpassadas nos livros. Segundo Silva (2008), os órgãos responsáveis pela seleção dos materiais são discutíveis, uma vez que, em muitos casos adquirem livros de qualidade e conteúdos duvidosos. Nas palavras do autor:

(...) a política do livro didático que adquire livros de qualidade duvidosa, atinge predominantemente o sistema público, com grandes contingentes de crianças negras, contribuindo, entre outras estratégias pedagógicas, para a manutenção do racismo estrutural, (...) (SILVA, 2008; p.202)

Lopes (2006, p.262) afirma que durante décadas é possível notar que a representação negra, aos poucos, tornou-se mais constante nos livros didáticos. No entanto, as referências remetem apenas ao negro adulto ou criança, na condição de figurante, ou seja, contemplado apenas enquanto imagem. Ainda segundo a autora, a inserção dessas representações adequa o material de maneira parcial à Lei 10.639/03, incluindo-o no viés da ideia de “politicamente correto”:

De fato, aparecer pelo menos uma vez pode ser melhor do que não aparecer, essa é uma verdade perigosa, pois reproduz atitudes historicamente conhecidas em relação à população negra em nosso país, ou seja, vamos dar um “cala-boca” para que não se toque mais nesse incomodo assunto do preconceito e da discriminação racial, ou ainda, temos que nos adequar a lei ou as novas indicações sociais. (LOPES, educação, africanidades Brasil, p.263).

O livro didático e a representação da heterogeneidade etnicorracial brasileira.

Atentando para as concepções enfatizadas, ressaltamos que o processo de veiculação ideológica enaltece um ideal (dominante) em detrimento a outro (dominado). No que concerne

à representação da heterogeneidade racial brasileira, destaca-se em pesquisas mais remotas que os livros didáticos seguiam o modelo social dominante (europeu e burguês). Neste sentido, esses materiais eram produzidos por uma classe branca e destinados a leitores também brancos, uma vez que a maioria das crianças que frequentava as escolas apresentava tais características. Ressalta-se assim, homogeneização do ensino, em detrimento às particularidades, valores, tradições, além de conhecimentos individuais omitidos ou silenciados.

Sob essa perspectiva, destaca-se o apagamento do sujeito negro nos materiais didáticos. De acordo com Silva (2008, p.159) o discurso do livro didático naturaliza o homem branco como representante da espécie humana, atribuindo a ele, características de prestígio, enquanto omite a perspectiva do negro. Essa exclusão nega ao aluno negro referenciais positivos sobre seu povo e cultura, levando-o conseqüentemente, a valorizar e respeitar a cultura alheia.

Vê-se, ainda, que em virtude do caráter de veracidade atribuído ao livro didático, este pode instaurar e veicular ideologias. Faria (1987, p.69,70) corrobora tal ideia ao afirmar que o livro didático veicula uma ideologia burguesa, apresentando uma sociedade harmoniosa, regida pela concepção do sujeito branco, desprezando as minorias sociais ou atribuindo a elas funções sociais desprestigiadas.

A não representação ou representação desvalorizada desses povos apenas reafirma as bases racistas predominantes na sociedade. De acordo com Rocha e Trindade (2006, p.58), os materiais didáticos abordam com maior especificidade os aspectos negativos referentes aos povos negros, atribuindo-lhes termos estereotipados e discriminativos, esquecendo-se assim de referenciar que apesar de tantas adversidades, muito da cultura negra está presente em quase todos os aspectos que regem nossa sociedade.

Ao longo dos anos, em virtude de reivindicações e debates diversos, ocorreram algumas modificações relacionadas ao tema, de maneira que o negro passou a ser representado com maior frequência em materiais didáticos, no entanto, muitas vezes, ainda desempenhando

funções secundárias ou simplesmente como componentes de multidões, apresentando valores e singularidades sem representatividade específica.

Neste sentido, percebe-se que a representação do negro em materiais didáticos é destinada muitas vezes, a figurativização. Neste viés, atenta-se para o desafio do professor, em lidar com tais questões na prática escolar cotidiana, sendo capaz de identificar e desconstruir ideais racistas que permeiam os conteúdos curriculares propostos nos livros didáticos. De acordo com Munanga (2005, p. 15) *“não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade”*. Depreende-se que o profissional da educação necessita de um aprimoramento extra para engajar-se à temática, tornando-se capaz de combater o racismo em sala de aula, sendo esta uma tarefa que exige esforço, incentivo e investimento.

Análise dos livros didáticos:

Os livros averiguados em nossa pesquisa fazem parte da coleção intitulada *Projeto Teláris*, sob autoria de Ana Trinconi Borgatto, Terezinha Bertin e Vera Marchezi. Esta obra didática é uma das opções de escolha de duas escolas estaduais de Itabaiana/SE: Escola Estadual Vicente Machado Menezes e Escola Estadual Dr. Airton Teles.

Partindo para a análise dos materiais, torna-se pertinente destacar que os livros apresentam como foco de estudo, considerável variedade de gêneros textuais, como: narrativas míticas, texto teatral, texto editorial, letras de canções, conto, romance, poema, manifesto etc. Também estão estruturados de acordo com alguns princípios que norteiam os PCNs de língua portuguesa (1997), uma vez que concentram as atividades no eixo leitura, escrita e oralidade, enfatizando reflexões sobre usos linguísticos e eixos básicos do ensino de língua portuguesa no Brasil, ou seja, a língua oral e escrita diante de variadas formas e usos.

Os textos não verbais:

Neste tópico, discutiremos a representação da heterogeneidade etnicorracial brasileira, considerando referências não verbais expressas nos livros didáticos analisados. Assim, catalogamos a frequência de representantes brancos, negros e indígenas, a partir de ilustrações principais, secundárias, indicações de leituras e atividades propostas.

Vale ressaltar que, desconsideramos nesta abordagem as ilustrações/imagens veiculadas a partir de charges, cartuns e tirinhas, uma vez que em virtude da quantidade e expressividade constatada nos livros didáticos, direcionamos a análise desses gêneros textuais, a um quesito específico, o qual será apresentado e discutido posteriormente. Também não analisamos imagens expostas no sumário, haja vista que são repetidas na sequência dos livros, e selecionamos na análise somente imagens que permitiam a identificação de traços característicos de etnias brancas, não brancas e indígenas.

Partindo para a leitura das imagens oferecidas nos materiais didáticos de língua portuguesa de 8º e 9º ano, catalogamos o total de 274 ilustrações que permitem identificação étnica de brancos, não brancos e índios. Dentre estas, 209 remetem ao sujeito de etnia branca (aproximadamente 76%), enquanto 64 (cerca de 23%) apontam traços que permitem a associação ou identificação com a etnia negra e apenas uma (1) referência não verbal identifica a etnia indígena.

A partir da análise dos textos não verbais em destaque, percebe-se que os livros didáticos averiguados veiculam a representação da diversidade nacional de modo bastante distinto. Ressalta-se que não há apresentação de referentes étnicos brasileiros de modo igual ou aproximado, prevalecendo, portanto, ilustrações que identificam o sujeito de etnia branca. Ressalta-se, ainda, que a diferença no percentual de representantes da diversidade cultural e nacional destacada nos materiais não representa a realidade vigente no país, uma vez que de acordo com dados do IBGE-2010, a população brasileira é composta por 47,7% de brancos e 50,7 de negros, categoria que engloba pretos e pardos. O censo aponta também que, em

relação às pesquisas anteriores houve redução da população que se declarava branca e crescimento das que se identificavam como pretos e/ou pardos.

Na publicação do IBGE-2010, destaca-se que os exemplares didáticos de língua portuguesa não consideram os percentuais étnicos demográficos brasileiros recentes. Tais constatações, somadas aos princípios racistas atuantes na sociedade moderna, bem como a falta de preparo de professores, (advinda da deficiência nas grades curriculares de cursos de graduação, pois, não ofertam disciplinas relacionadas à temática etnicorracial brasileira), contribuem para a manutenção do racismo nos espaços escolares brasileiros, corroborando assim, para a minimização da perspectiva negra e reafirmando princípios representativos relacionados à etnia branca. Nas palavras de Ana Célia Silva (2005, p.30), “a invisibilidade e a reduzida representação do negro no livro didático constroem a ilusão da não existência e de minoria do segmento negro, mesmo nas regiões onde ele constitui maioria”.

Ainda com relação à análise de textos não verbais, verificamos que, as imagens catalogadas não veiculam indícios explícitos de racismo ou estereótipo em relação a negros ou índios, (apesar de serem expressas em quantidade menor que as demais). No entanto, a partir de análises mais incisivas, percebe-se que a imagem do índio é apresentada de modo descontextualizado, ilustrando apenas um exemplo entre vários. Quanto ao negro, ressalta-se que as representações são expressas de maneira vaga e sem especificidade relacionada à temática, sendo constatada a apresentação de papel principal, em apenas uma ocasião, no exemplar didático de 8º ano.

De acordo com os dados evidenciados no presente tópico, percebemos que negros e índios ainda são representados de maneira reduzida em relação a brancos nos materiais didáticos. Não foram constatadas associações à desvalorização profissional, estigma, estereótipo e racismo, apesar de representados em menor quantidade, muitas imagens que identificam a etnia negra somam-se a grupos formados por brancos, surgem em representações de famílias, sugerem perspectivas profissionais valorativas etc.

Ilustrações principais e ilustrações secundárias:

Atentando para a análise das referências não verbais, os dois exemplares apresentam um total de 26 leituras principais, as quais abordam temas diversos, relacionados a mitos, pesquisas científicas, entrevistas, modernidade, recursos naturais etc. Neste viés, buscamos verificar a representação da diversidade étnica nas seguintes unidades de leitura, uma vez que são mais expressivas e ilustradas com imagens maiores e repetidas, catalogando assim, o total de 43 representações, das quais foi possível identificar cerca de 67,4% de representantes brancos e 32,5 negros.

O livro didático de 8º ano concentra maior número de ilustrações, pois aborda maior quantidade de gêneros textuais relacionados a mitos, romances e contos, já o exemplar de 9º ano enfatiza artigos científicos, de opinião e entrevistas, contendo, portanto menos ilustrações. No que concerne às imagens analisadas, de modo majoritário, apesar de serem expressas em quantidade reduzida, as representações que permitem associação com a etnia negra, não aparecem estigmatizadas explicitamente nos materiais didáticos.

No que tange às ilustrações secundárias, foram catalogadas nos livros didáticos de língua portuguesa de 8º e 9º ano o total de 201 representações de brancos e não brancos. Destas 151 imagens permitem a identificação étnica branca enquanto que, 50 representam a perspectiva negra.

Ainda com relação à análise de ilustrações secundárias, observa-se que nos exemplares pesquisados o negro é pouco representado de maneira sozinha, individual. Tal constatação aponta dois direcionamentos possíveis: reconhecimento da miscigenação brasileira ou omissão e inferiorização em relação ao negro. Assim, podem indicar a inserção e convívio pacífico entre negros e brancos, ressaltando a ideia de miscigenação e igualdade de direitos, haja vista que em maioria, a perspectiva africana e afrodescendente é apresentada em grupos juntamente com representantes brancos. E, por outro lado, podem instigar reflexões negativas, perpassando a ideia de que o negro de modo individual pouco contribui, ou seja, de que ele precisa estar acompanhado para ser reconhecido/evidenciado

Em comparação com pesquisas anteriores de mesmo cunho, percebe-se que a representação da heterogeneidade etnicorracial, de forma menos negativa, tem maior frequência em exemplares didáticos contemporâneos. Neste aspecto, afirmamos que não é possível a constatação de mudanças radicais em relação ao racismo em materiais didáticos, uma vez que os avanços são percebidos de forma lenta e gradual. No entanto, a ênfase em modificações, que parecem simples e inexpressivas, representa o cumprimento de pequenas etapas, direcionadas ao reconhecimento igualitário das bases étnicas constituintes da identidade nacional, apontando ainda para igualdade de direitos e oportunidades para brancos e não brancos.

Ainda com relação à análise de ilustrações secundárias, nos exemplares pesquisados o negro é pouco representado individualmente. Tal constatação aponta dois direcionamentos possíveis: o reconhecimento da miscigenação brasileira ou a inferiorização e omissão do negro. Assim, podem indicar a inserção e convívio pacífico entre negros e brancos, ressaltando a ideia de miscigenação e igualdade de direitos, haja vista que em maioria, a perspectiva africana e afrodescendente são apresentadas em grupos juntamente com representantes brancos. E, por outro lado, podem instigar reflexões negativas, perpassando a imagem de que o negro de modo individual pouco contribui, ou seja, de que ele precisa estar acompanhado para ser reconhecido/evidenciado.

Neste viés, ressaltamos que na perspectiva branca, foi possível identificar 61 ocorrências individuais, reafirmando, portanto, princípios de autossuficiência e superioridade. Quanto ao representante negro, catalogamos apenas oito referências individuais, as quais podem apontar ideias relacionadas à protagonização no cenário enfatizado ou inferioridade, considerando que foi pertinente identificar o negro na função de personagem principal somente em uma ocorrência.

Mediante a análise, enfatizamos a importância da inserção de ilustrações nos materiais didáticos, sendo gêneros capazes de informar e/ou reforçar ideologias. No entanto, frisamos que a leitura de imagens de modo vago/superficial, pouco contribui para o

desenvolvimento de habilidades crítico-reflexivas por parte de educandos no tocante ao gênero ou temática evidenciada. Neste sentido, deve-se atentar com maior criticidade às ilustrações, de modo que não sejam minimizadas ou esquecidas, pois, “se não existe interesse pelos textos não verbais, dificilmente haverá preocupação com os sentidos que os mesmos podem estar suscitando, especialmente no que se refere às questões raciais, que não parece constituir preocupação no contexto da disciplina”. (COSTA, 2007, p.76).

Os dados demonstram significativa distinção representativa étnica nos materiais didáticos, uma vez que quantitativamente, brancos e negros são ilustrados de maneira desigual. Quanto à organização e distribuição das ilustrações, a maioria das imagens que aludem ao sujeito negro são expressas em número reduzido, compondo grupos, nos quais a figura do representante branco prevalece. Assim, no material analisado, 11 ocorrências grupais possuem representantes brancos em maior quantidade do que negros e apenas três mostram a situação inversa.

Considerações finais

A Lei Federal 10.639/03 substituída posteriormente pela Lei 11.645/08 constitui-se marco expressivo para divulgação da diversidade etnicorracial brasileira e combate ao racismo no âmbito escolar. São medidas que prescrevem a inserção do estudo da história e cultura africana e indígena nos diversos níveis escolares, contribuindo para o reconhecimento e enaltecimento de tais etnias.

A presente pesquisa buscou investigar a aplicabilidade de tais princípios legislativos em materiais didáticos disponibilizados às escolas públicas brasileiras. Para tal, consideramos a perpetuação do racismo nas sociedades contemporâneas, o qual por vezes demonstra-se mascarado ou ressignificado em práticas cotidianas, bem como a heterogeneidade social e racial predominante nos espaços escolares e a importância dos livros didáticos, sendo utilizados como ferramentas auxiliares no processo de ensino-aprendizagem.

Partindo para os resultados, os dados coletados na presente pesquisa evidenciam disparidades latentes, em relação à apresentação da diversidade nacional nos materiais didáticos, sugerindo assim perspectivas interpretativas distintas. Neste sentido, torna-se possível a identificação de pontos positivos e negativos em relação à divulgação e estudo da temática nos exemplares didáticos de língua portuguesa analisados. Outro ponto destacado se refere à constatação de que as editoras atuais demonstram maior preocupação em adequar os materiais elaborados, às exigências legislativas que remetem a divulgação positiva da perspectiva africana e indígena.

Em contrapartida, percebemos que apesar das modificações visualizadas nos materiais didáticos de língua portuguesa analisados, o representante étnico afrodescendente ainda dispõe de lugar singelo. Também, pode-se observar: modos diferenciados de representação para branco e não brancos; formas de racismo implícito, constatadas nos livros didáticos e no material de apoio ao professor; ausência de subsídios pertinentes para orientação e abordagem das questões etnicorraciais no cotidiano.

Por fim, reiteramos a necessidade de desenvolvimento de políticas de reforço à elaboração e revisão de materiais didáticos, modificações nas grades curriculares de cursos de graduação, bem como a disponibilização de cursos de aprimoramento em relação à temática para profissionais da área educacional. Essas medidas básicas visam o desenvolvimento de habilidades crítico-reflexivas, de modo que o professor adquira autonomia para complementar os materiais didáticos fornecidos aos alunos da rede pública de ensino no Brasil, mediando discursos que apontem para a resignificação de ideologias discriminativas veiculadas nos materiais e, conseqüentemente, contribuindo para o desmascaramento e combate ao racismo.

Referências

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

COSTA, Candida Soares da. **O negro no livro didático de língua portuguesa**: imagens e percepções de alunos e professores. Coleção Educação e Relações Raciais, 3- Cuiabá: UFMT/IE, 2007.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. São Paulo, editora Cortes, 6º Ed., 1987.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão/** Andreas Hofbauer- São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MONTES, Maria Lúcia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: **Raça e diversidade/** Lilia Moritz Schwarcz, Renato da Silva Queiroz (orgs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação ciência: Edusp, 1996.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: **Raça e diversidade/** Lilia Moritz Schwarcz, Renato da Silva Queiroz (orgs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação ciência: Edusp, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2º edição revisada/ Kabengele Munanga, organizador. –[Brasília]: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204 p.

PCNs. (Parâmetros Curriculares Nacionais). Em: Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa /**Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : 1997.

PNLD (Programa Nacional do Livro didático) 2014: **língua portuguesa**: ensino fundamental: anos finais. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013. 120p.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In. Munanga, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2º edição revisada/ Kabengele Munanga, organizador. –[Brasília]: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (21-34) p.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo em livros didáticos**: estudo sobre negros e brancos em livros didáticos de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SOUSA. Ana Maria Borges de. **Nas dobras do contemporâneo**: uma apreciação sobre movimentos sociais. In: Educação popular e Movimentos sociais- Afonso Celso Scocuglia e Edineide Jezine- João Pessoa, Editora Universitária, 2006, 316 p.

Livros didáticos analisados

BORGATTO, Ana Maria Trinconi. **Projeto Teláris: Portugues/** Ana Maria Trinconi Borgatto, Terezinha Costa Hashimoto Bertin, Vera Lúcia de Carvalho Marchezi. – 1. ed.- São Paulo: Ática, 2012, 8º ano.

BORGATTO, Ana Maria Trinconi. **Projeto Teláris: Portugues/** Ana Maria Trinconi Borgatto, Terezinha Costa Hashimoto Bertin, Vera Lúcia de Carvalho Marchezi. – 1. ed.- São Paulo: Ática, 2012, 9º ano.

(Recebido em 29/09 – Aceito em 25/10/2014)